A INFLUÊNCIA DO ACOMPANHAMENTO FAMILIAR NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

ARTIGO ORIGINAL

OLIVEIRA, Victória Gabriela Batista[1], BARBOSA, Wanice Garcia[2]

OLIVEIRA, Victória Gabriela Batista. BARBOSA, Wanice Garcia. **A influência do acompanhamento familiar no processo de alfabetização e no desenvolvimento infantil**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 11, Ed. 04, Vol. 01, pp. 26-44. Abril de 2026. ISSN: 2448-0959. Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/pedagogia/acompanhamento-familiar, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/pedagogia/acompanhamento-familiar

RESUMO

O presente artigo científico investiga como as dinâmicas familiares influenciam diretamente o processo de aprendizagem durante a alfabetização, destacando a corresponsabilidade entre escola, família e sociedade como um pilar para o sucesso educacional. Fundamentado em teorias sociointeracionistas e em pesquisas contemporâneas, o estudo dialoga com os trabalhos de Ferreiro e Teberosky (1999), Vygotsky (1998), Paro (2001), Libâneo (2013) e a Teoria Bioecológica de Bronfenbrenner (1996). O objetivo central é examinar a importância do suporte familiar e do envolvimento parental como fatores cruciais para o desenvolvimento cognitivo, socioemocional e acadêmico da criança. A pesquisa evidência que uma participação ativa e afetuosa dos responsáveis, quando aliada a práticas pedagógicas inclusivas e ao amparo legal do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), potencializa significativamente a aquisição da leitura e da escrita. Além disso, fortalece o desenvolvimento integral do aluno e colabora para a construção da autonomia e da cidadania. Utilizando uma abordagem qualitativa, com metodologia de pesquisa bibliográfica, o estudo permite uma compreensão aprofundada das dinâmicas de envolvimento familiar e suas consequências. Os resultados indicam que a atuação da família tem um impacto positivo expressivo, contribuindo para melhorar o desempenho escolar, a motivação e a segurança emocional das crianças. Em contrapartida, a ausência ou a participação limitada está frequentemente associada a dificuldades de aprendizado e desinteresse escolar. Conclui-se que é fundamental fortalecer a parceria entre escola e família, por meio de estratégias que valorizem o diálogo, a diversidade cultural e as condições socioeconômicas dos alunos, para garantir uma alfabetização eficaz e promover a equidade educacional.

Palavras-chave: Alfabetização, Envolvimento familiar, Desenvolvimento infantil, Parceria escola-família, Corresponsabilidade educativa.

1. INTRODUÇÃO

A alfabetização representa uma fase fundamental no percurso educativo das crianças, pois estabelece as bases para o crescimento cognitivo, social e cultural que se estenderá por toda a vida. No entanto, atribuir essa responsabilidade exclusivamente à instituição escolar é ignorar a complexa rede de interações que molda a aprendizagem infantil. O lar é o primeiro e mais significativo espaço onde as crianças entram em contato com a linguagem, as narrativas e os símbolos da cultura letrada. A mediação familiar, seja através da leitura de histórias, do diálogo cotidiano ou do incentivo às atividades escolares, não apenas prepara o terreno para o aprendizado formal, mas também fortalece os vínculos afetivos que impactam diretamente a segurança e a motivação da criança para aprender.

Este estudo se propõe a investigar como a participação da família influencia o processo de ensino-aprendizagem na alfabetização, considerando seus efeitos no desenvolvimento global da criança. O foco está na relevância do acompanhamento ativo por parte dos pais ou responsáveis, discutindo tanto os benefícios de uma colaboração próxima e saudável quanto os desafios que surgem da falta ou da limitação desse apoio. Assim, busca-se compreender como a presença familiar contribui para o aprimoramento das habilidades de leitura e escrita, além de fomentar o crescimento socioemocional. A questão central que norteia este trabalho é: De que maneira o acompanhamento familiar afeta o processo de alfabetização e o desenvolvimento integral da criança?

A justificativa para esta investigação reside na importância da alfabetização como um direito fundamental e na crescente compreensão de que as famílias desempenham um papel corresponsável que transcende os muros da escola. Estudos seminais, como os de Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1999) sobre a psicogênese da língua escrita e a teoria de Lev Vygotsky (1998) sobre a aprendizagem como processo social, são aqui entrelaçados com uma análise das

legislações brasileiras pertinentes, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), que destacam essa responsabilidade compartilhada. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica, visando obter um entendimento profundo acerca das dinâmicas familiares e seus impactos.

Para garantir uma análise clara e coerente, este artigo está dividido em seções. Primeiramente, são apresentados os procedimentos metodológicos. A seção seguinte discute os fundamentos da alfabetização sob um viés sociointeracionista. Posteriormente, analisa-se a co-responsabilidade educativa no contexto brasileiro, dialogando com Paro (2001), Libâneo (2013) e as normativas legais. A quarta seção aprofunda a relação escola-família com base na Teoria Bioecológica de Bronfenbrenner (1996). Por fim, a quinta seção aborda os desafios práticos e as estratégias para efetivar essa parceria, culminando nas considerações finais, que sintetizam os principais achados e apontam caminhos para futuras investigações.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo foi desenvolvido com base em uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. Este método foi escolhido por permitir um aprofundamento teórico sobre a influência do acompanhamento familiar no processo de alfabetização, utilizando como fonte materiais já publicados e consolidados na área.

Conforme definem Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica "abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo" (Marconi; Lakatos, 2003, p. 183), o que inclui livros, artigos científicos e publicações em periódicos. A seleção do material buscou autores seminais que fundamentam o sociointeracionismo, o desenvolvimento infantil e a gestão educacional.

A análise dos dados foi realizada de forma interpretativa, buscando articular os conceitos de autores como Ferreiro e Teberosky (1999) sobre a psicogênese da escrita, Vygotsky (1998) sobre a mediação social, Bronfenbrenner (1996) sobre a ecologia do desenvolvimento, e Libâneo (2013) e Paro (2001) sobre a gestão democrática. A legislação citada (LDB, ECA, BNCC) foi utilizada como parte da

fundamentação bibliográfica para contextualizar a co-responsabilidade educativa no cenário brasileiro, e não como objeto de uma análise documental primária.

3. FUNDAMENTOS DA ALFABETIZAÇÃO COMO PROCESSO SOCIOINTERACIONISTA

A compreensão contemporânea sobre a alfabetização ultrapassa a visão tradicional que considerava as crianças como meras receptoras passivas de informações. As teorias sociointeracionistas, que ganharam força a partir do século XX, demonstram que aprender a ler e a escrever é um processo ativo, construído socialmente, no qual cada criança elabora seu conhecimento a partir das interações que estabelece com seu entorno.

Nesse contexto, os estudos pioneiros de Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1999) revolucionaram o campo ao mostrar que as crianças formulam hipóteses inteligentes sobre o funcionamento da língua escrita muito antes do início do ensino formal. A famosa afirmação de que "por trás da mão que segura o lápis, há uma criança que pensa" resume a essência da psicogênese da língua escrita. Essa construção de conhecimento é profundamente influenciada pelas experiências cotidianas.

Sendo assim, a família assume um papel primordial ao proporcionar os primeiros contatos significativos com a cultura letrada. Quando os pais leem para os filhos ou valorizam livros e gibis em casa, eles não apenas ampliam o repertório infantil, mas também os motivam a explorar esse universo simbólico, facilitando a transição dos níveis pré-silábicos até a compreensão da base alfabética.

No entanto, é preciso ter cuidado para não confundir a autonomia da criança nesse processo com a ausência de um ensino sistemático. Como alerta Olympio Correa de Mendonça (2001), interpretações radicais da psicogênese levaram a um equívoco perigoso: a ideia de que os professores não precisariam ensinar, já que as crianças aprenderiam sozinhas. O autor refuta essa noção, como vemos a seguir:

> Uma interpretação radical e equivocada da psicogênese da escrita, que, infelizmente, se tornou bastante difundida, levou muitos a acreditarem na descoberta autônoma da escrita pela

> criança, bastando para tanto que se oferecessem a ela toda sorte de materiais escritos, para que ela pudesse levantar hipóteses, testá-las e, assim, ir construindo o seu conhecimento. A consequência inevitável desse lema é a ociosidade, o espontaneísmo, a falta de planejamento e de sistema, ou seja, de trabalho. (Mendonça, 2001, p. 49).

Portanto, a mediação do professor é indispensável, mas sua atuação se torna muito mais eficaz quando dialoga com as experiências e os saberes que as crianças trazem de seus ambientes familiares.

Ampliando este debate, a teoria de Lev Vygotsky (1998) oferece uma base teórica sólida para entender a dimensão social da aprendizagem. Para ele, as funções psicológicas superiores, como a linguagem e o pensamento abstrato, desenvolvem-se primeiro em um plano social (interpsicológico)[3] para depois serem internalizadas pelo indivíduo (intrapsicológico)[4]. Desse modo, a aprendizagem não apenas acompanha o desenvolvimento, mas o impulsiona. No centro dessa discussão está o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP)[5], que se refere à distância entre o que a criança consegue fazer de forma autônoma e o que ela é capaz de realizar com a ajuda de um parceiro mais experiente, seja um professor ou um membro da família.

No campo da alfabetização, os pais atuam precisamente dentro dessa ZDP. Ao ler uma história, ajudar nas tarefas escolares ou simplesmente conversar sobre as letras de uma placa na rua, eles oferecem o suporte vital que permite à criança avançar em sua compreensão do sistema de escrita. O afeto, a paciência e o estímulo vindos do núcleo familiar funcionam como mediadores não apenas técnicos, mas também emocionais, fortalecendo a autoestima e a motivação da criança diante dos desafios do processo de alfabetização.

4. A CORRESPONSABILIDADE EDUCATIVA NO CONTEXTO BRASILEIRO

Se a aprendizagem é um processo de interação social, o sucesso educacional de uma nação deve ser, necessariamente, uma responsabilidade compartilhada. No Brasil, tanto as correntes pedagógicas mais progressistas[6] quanto os esforços

legislativos convergem para a defesa de uma gestão democrática da educação, na qual a parceria entre escola e família é um pilar fundamental.

4.1 DIÁLOGOS ENTRE PEDAGOGIA E LEGISLAÇÃO

Autores renomados como Vitor Henrique Paro (2001) e José Carlos Libâneo (2013) sustentam que a democratização da escola pública requer mais do que apenas garantir o acesso e a permanência. É preciso assegurar uma educação de qualidade para todos, e isso passa pela participação ativa da comunidade. Nessa visão, as famílias não são meras clientes do serviço educacional, mas sim parceiras co-responsáveis na formação cidadã de crianças e jovens. O envolvimento familiar, portanto, vai além do simples monitoramento de notas e tarefas, abrangendo a participação nos projetos político-pedagógicos e na vida escolar de forma ampla.

Libâneo (2013) reforça essa ideia, enfatizando a necessidade de a escola se abrir para um diálogo contínuo com os pais e a comunidade, pois a ausência dessa conexão fragiliza tanto a aprendizagem quanto o ideal democrático do ambiente educativo.

A escola cumpre sua função social e política quando assegura a todos um sólido domínio de conhecimentos e habilidades, a capacidade de expressar-se e pensar criticamente. Segundo Libâneo:

> [...] Isso supõe uma organização escolar que favoreça a participação das pessoas nas decisões e o exercício da cidadania, o que implica um clima de confiança, solidariedade e respeito mútuo. A participação da comunidade, especialmente dos pais, não é um mero formalismo, mas uma condição essencial para a gestão democrática e para a própria qualidade do ensino. (Libâneo, 2013, p. 102).

Quando há sinergia entre as vivências de casa e da escola, as crianças se sentem mais seguras e engajadas, construindo uma base sólida para o seu futuro.

Essa noção de corresponsabilidade é amplamente respaldada pela legislação brasileira. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/96), em seu artigo 2º, afirma que:

> A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1996).

A lei é clara ao posicionar a família como a primeira e fundamental instância educadora.

Já no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei nº 8.069/90) dá um destaque adicional a essa parceria, estabelecendo que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, entre outros. Assim, a falta de presença da família na vida escolar da criança não é apenas uma escolha pessoal, mas uma questão que pode impactar o cumprimento de um dever legal e comprometer a qualidade educacional.

Mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reafirmou a necessidade de articulação entre as instituições de ensino e as famílias para garantir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento. O documento destaca que "a aprendizagem deve ser contínua, envolvendo a integração de esforços entre a escola, a família e a comunidade" (Brasil, 2017, p. 34). Dessa forma, a inter-relação entre as teorias pedagógicas e as normas legais revela que a ausência de participação familiar não compromete apenas a evolução cognitiva da criança, mas também as dimensões sociais e democráticas da própria instituição de ensino.

5. A BIOECOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO: UMA ANÁLISE APROFUNDADA DA RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA

Para elucidar a complexidade das influências que afetam a aprendizagem da leitura e da escrita, o modelo bioecológico proposto por Urie Bronfenbrenner (1996) é uma ferramenta analítica de grande valor. Segundo ele, o desenvolvimento humano ocorre por meio de um processo de interação recíproca e contínua entre um indivíduo ativo e os múltiplos sistemas ambientais que o cercam. A seguir,

analisamos cada um desses sistemas e suas implicações para o processo de alfabetização.

5.1 O MICROSSISTEMA: O PALCO DAS INTERAÇÕES DIRETAS

O microssistema é o nível mais próximo e imediato da criança, onde ela convive diretamente e interage com pessoas, objetos e símbolos. Na fase da alfabetização, os principais microssistemas são a família e a escola. A qualidade dos processos que ocorrem nesses ambientes é o verdadeiro motor do desenvolvimento cognitivo. No âmbito familiar, a alfabetização é influenciada por quatro fatores apresentados a seguir.

A partir do modelo bioecológico, podemos inferir a influência de fatores centrais nesse microssistema. Primeiro, as *rotinas de letramento*: momentos de leitura conjunta, como contar histórias antes de dormir ou consultar uma receita, introduzem a linguagem escrita de forma prática. Segundo, a *qualidade da interação verbal*: diálogos ricos, nos quais os adultos escutam e incentivam a expressão de ideias, ampliam o vocabulário. Terceiro, o *ambiente físico*: a presença de livros, gibis e outros materiais de escrita promove a curiosidade. Por último, e mais importante, os *laços afetivos*: uma atmosfera de acolhimento fortalece a autoestima da criança para enfrentar os desafios da aprendizagem (Bronfenbrenner, 1996).

Na escola, as metodologias de ensino, a relação com o professor e os colegas, e a organização da sala de aula são igualmente decisivas. As expectativas e crenças dos adultos nesses microssistemas também desempenham um papel crucial. Quando pais e professores acreditam no potencial da criança e comunicam essa confiança, criam condições favoráveis para que ela desenvolva uma autoimagem positiva como aprendiz.

5.2 O MESOSSISTEMA: A PONTE ENTRE MUNDOS

O mesossistema refere-se às conexões estabelecidas entre dois ou mais microssistemas nos quais a criança participa ativamente. No contexto deste estudo, a relação escola-família é o mesossistema central. A força desse sistema determina

a consistência das experiências da criança. Bronfenbrenner (1996) argumenta que o potencial de desenvolvimento de um ambiente aumenta conforme existem laços fortes e complementares entre os diferentes contextos.

Pode-se inferir de Bronfenbrenner (1996) que um mesossistema sólido entre escola e família é caracterizado por três fatores: comunicação fluida e bidirecional (troca frequente de informações sobre o progresso da criança); consistência de valores e expectativas (quando a escola respeita a cultura familiar e a família apoia os objetivos pedagógicos); e confiança mútua (quando responsáveis confiam nos professores e estes reconhecem os pais como primeiros educadores).

Bronfenbrenner destaca a importância dessas conexões da seguinte forma:

> O potencial de desenvolvimento de um microssistema é fortalecido se a pessoa em desenvolvimento também participa de outros microssistemas e se existem vínculos de comunicação e conhecimento entre eles. A ausência desses vínculos, ou sua natureza contraditória, pode isolar a criança e privá-la do suporte necessário para prosperar. A relação entre casa e escola, portanto, não é apenas desejável; é ecologicamente essencial para o aprendizado. (Bronfenbrenner, 1996, p. 82, tradução nossa).

Quando esse elo é frágil, marcado por desconfiança, falhas de comunicação ou valores conflitantes, a criança pode sentir-se insegura e dividida, o que prejudica seu aprendizado. A construção de sentidos compartilhados, através de narrativas e práticas comuns, promove uma sensação de continuidade entre os diferentes espaços e favorece a assimilação de novos conhecimentos.

5.3 O EXOSSISTEMA E O MACROSSISTEMA: AS INFLUÊNCIAS INDIRETAS E CULTURAIS

O exossistema engloba contextos nos quais a criança não participa ativamente, mas cujas decisões e processos impactam seu desenvolvimento. Exemplos incluem o ambiente de trabalho dos pais (a estabilidade no emprego, a flexibilidade de horários e o nível de estresse podem afetar o tempo e a energia disponíveis para o acompanhamento escolar), a rede de apoio social da família (amigos, vizinhos) e as

decisões da gestão escolar municipal (distribuição de recursos, formação de professores).

O macrossistema é o nível mais amplo, a matriz ideológica, cultural e institucional que permeia todos os outros sistemas. Ele inclui as leis, os valores, os costumes e a estrutura socioeconômica de uma sociedade. Três fatores do macrossistema que afetam a alfabetização: Valorização Cultural da Leitura: Sociedades que valorizam o conhecimento e a literatura tendem a criar mais oportunidades e estímulos para o letramento. Desigualdade Social: A desigualdade no acesso a bens culturais e a escolas de qualidade cria abismos no desenvolvimento entre diferentes grupos sociais. Políticas Educacionais Nacionais: As normas e orientações do governo federal norteiam os caminhos da educação em todo o país.

No Brasil, a imensa diversidade cultural e linguística representa tanto um desafio quanto uma oportunidade enriquecedora. A valorização das línguas indígenas, das culturas afro-brasileiras e das variações regionais pode tornar a alfabetização um processo mais inclusivo, significativo e respeitoso.

5.4 O CRONOSSISTEMA: A DIMENSÃO TEMPORAL

Adicionado posteriormente ao modelo, o cronossistema introduz a dimensão do tempo, abrangendo tanto as mudanças ao longo da vida do indivíduo (como a entrada na escola ou o divórcio dos pais) quanto às transformações históricas e sociais (como a revolução digital). A chegada da internet e dos dispositivos móveis, por exemplo, modificou radicalmente as práticas de leitura e escrita, trazendo novos desafios e exigindo novas habilidades.

Um evento marcante, como uma mudança de residência, pode gerar instabilidade e afetar diretamente a aprendizagem. Compreender o cronossistema nos ajuda a perceber que o desenvolvimento não é estático, mas um processo dinâmico que se desenrola ao longo do tempo, influenciado por eventos pessoais e coletivos.

6. DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A PARCERIA ESCOLA-FAMÍLIA

Embora exista um consenso sobre a importância da parceria entre escola e família, sua efetivação enfrenta inúmeros desafios na prática. O primeiro passo para construir pontes sólidas é mapear os obstáculos que dificultam essa colaboração.

Um dos principais obstáculos reside nas barreiras socioeconômicas e culturais. Muitas famílias enfrentam jornadas de trabalho exaustivas, dificuldades de locomoção e uma rotina que limita sua disponibilidade para participar de reuniões e eventos escolares. Além disso, pais com menor grau de escolaridade podem se sentir intimidados ou despreparados para dialogar com os professores e auxiliar nas tarefas de casa, criando um distanciamento que, muitas vezes, é erroneamente interpretado pela escola como desinteresse ou negligência. Essa dinâmica reforça a ideia de que a educação é uma responsabilidade exclusiva da instituição, e não um dever compartilhado.

Do lado da instituição escolar, as falhas na comunicação representam um entrave significativo. Muitas vezes, a escola define as ações e espera que os pais apenas as acatem, limitando a participação. Essa visão é corroborada por Reali e Tancredi (2005), que apontam que a participação da família na escola "tem sido bastante restrita, ficando a escola como a responsável pela determinação das ações que considera necessário implementar, e que devem ser acatadas pelos pais" (Reali; Tancredi, 2005, p. 241).

Frequentemente, a comunicação é unilateral e burocrática, resumindo-se a comunicados, entrega de boletins e convocações para tratar de problemas de comportamento ou de desempenho. Este modelo reativo, que busca a família apenas quando algo vai mal, não fomenta uma relação de confiança. A própria linguagem utilizada, repleta de jargões pedagógicos, pode criar uma barreira, fazendo com que os pais se sintam excluídos e incapazes de participar ativamente das discussões sobre o percurso educacional de seus filhos.

Superar esses desafios exige, primeiramente, uma reestruturação da comunicação, tornando-a proativa, acessível e multicanal. A escola deve diversificar suas ferramentas para além do bilhete na agenda, utilizando grupos em aplicativos de mensagens, e-mails periódicos, redes sociais e murais interativos para compartilhar não apenas informações administrativas, mas também as conquistas dos alunos e os projetos pedagógicos em andamento. Essa é uma estratégia-chave para romper a inércia da comunicação tradicional, como aponta o Instituto Unibanco (2016), que destaca o uso de ferramentas simples como grupos de WhatsApp e perfis em redes sociais para "estimular esse contato" e criar uma "agenda positiva" de aproximação (Instituto Unibanco, 2016). A chave é transformar a comunicação em uma via de mão dupla, onde a escola informa, celebra e, acima de tudo, escuta as preocupações, dúvidas e sugestões das famílias, valorizando seus saberes e vivências.

Além de aprimorar a comunicação, é fundamental criar espaços de participação significativa que vão além das reuniões formais. A escola pode promover oficinas temáticas para pais sobre temas como alfabetização em casa, uso seguro da internet ou desenvolvimento socioemocional. Organizar eventos culturais, como saraus, feiras e festas comunitárias, também fortalece os laços e torna o ambiente escolar um lugar de acolhimento e pertencimento. Ao convidar os pais para serem voluntários em projetos, participarem de conselhos escolares ou simplesmente tomarem um café com a coordenação, a instituição demonstra, na prática, que a família não é uma mera espectadora, mas uma parceira ativa e indispensável na construção de uma educação integral e de qualidade.

6.1 MAPEANDO OS DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO

Podemos dividir os entraves em quatro categorias principais: O primeiro são as barreiras estruturais e socioeconômicas que se refere como muitas famílias lidam com contextos de vulnerabilidade, como jornadas de trabalho exaustivas, baixa renda, transporte inadequado e moradias precárias.

RC: 159383
Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/pedagogia/acompanhamento-familiar

Em segundo, a instabilidade financeira gera estresse e diminui o tempo e a energia disponíveis para acompanhar a rotina escolar dos filhos. Para muitos pais, é simplesmente impossível participar de reuniões durante o horário de trabalho. Além disso, a ausência de recursos materiais em casa, como livros e acesso à internet, aprofunda a desigualdade de oportunidades.

Em terceiro, vem as barreiras culturais e relacionais, demonstram frequentemente uma dissonância entre a cultura e a linguagem da escola e as da família. Isso pode gerar sentimentos de exclusão e distanciamento. Muitos pais carregam memórias negativas de suas próprias experiências escolares e sentem-se intimidados ou julgados ao entrar no ambiente da escola. A superação dessas barreiras exige uma sensibilidade intercultural e uma escuta ativa por parte dos educadores, que devem valorizar os saberes e as experiências de cada família.

Por último, as instituições geram situações as quais muitas vezes, se tornam obstáculos, ainda que involuntariamente. Uma comunicação unilateral, focada apenas em problemas e cobranças, impede um diálogo construtivo. A falta de flexibilidade nos horários, a rigidez das reuniões e a ausência de espaços de acolhimento podem afastar justamente aqueles que mais precisam de apoio. Além disso, a sobrecarga de trabalho burocrático de professores e gestores pode limitar o tempo disponível para construir um relacionamento mais próximo com a comunidade.

6.2 CONSTRUINDO PONTES: ESTRATÉGIAS DE ENGAJAMENTO

Superar essas barreiras requer uma postura proativa, sensível e intencional por parte da equipe escolar. Isso implica reconhecer que o processo educativo transcende os muros da escola e é atravessado por múltiplos fatores sociais, culturais e afetivos.

Estratégias eficazes como diversificar os canais de comunicação que vai Além das reuniões tradicionais, é essencial utilizar ferramentas que fazem parte do cotidiano das famílias, como grupos de WhatsApp e bilhetes simples. A comunicação deve ser frequente, respeitosa e informativa, celebrando as conquistas e não apenas

apontando os problemas. Transformar as reuniões tradicionais em rodas de conversa ou oficinas pode torná-las mais acolhedoras e participativas.

Promoção de formação de pais e responsáveis, organizar oficinas e rodas de conversa sobre temas de interesse das famílias, como o desenvolvimento infantil, a importância da brincadeira ou dicas práticas para estimular a leitura em casa. Isso capacita os adultos, fortalece seu papel como educadores e estreita os vínculos com a escola, criando uma perspectiva de colaboração mútua.

Valorizar a cultura e os saberes familiares e desenvolver projetos que convidem pais, mães, avós e outros membros da comunidade para compartilhar suas histórias, profissões, talentos e tradições na sala de aula. Isso não apenas reconhece e valoriza o repertório cultural das famílias, mas também enriquece o currículo, potencializa a autoestima dos alunos e torna a aprendizagem mais significativa.

Criar um ambiente de acolhimento: A escola deve ser um espaço onde todas as famílias se sintam bem-vindas, seguras e respeitadas, independentemente de sua origem, configuração ou condição social. Promover uma escuta empática, na qual professores e gestores buscam entender os desafios enfrentados pelas famílias sem julgamentos, é essencial para estabelecer laços sólidos de confiança. Um simples gesto de atenção e reconhecimento pode transformar a percepção da família sobre a escola e abrir portas para uma parceria frutífera e duradoura.

A implementação dessas estratégias transforma uma relação superficial em uma parceria sólida, capaz de criar um ambiente de aprendizado mais rico, favorável e potente para todas as crianças.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo reafirma a importância substancial do envolvimento familiar no percurso educativo da criança, deixando claro que o acompanhamento ativo dos pais ou responsáveis promove benefícios integrais, que abrangem as dimensões cognitiva, social e emocional. Por meio de uma análise fundamentada em teorias consagradas e na legislação vigente, demonstrou-se que a aprendizagem da leitura e da escrita

não ocorre de forma isolada, mas emerge de uma complexa teia sociocultural que é potencializada pela presença, pelo estímulo e pelo afeto da família.

Atingiram-se os objetivos delineados no início do trabalho, confirmando que o envolvimento familiar não é apenas um impulsionador do sucesso escolar, mas um componente imprescindível para a formação integral do cidadão, conforme defendido pelos principais pensadores da educação e pela lei. A ausência ou a fragilidade dessa parceria, por outro lado, pode comprometer a trajetória escolar da criança, minando sua motivação, sua autoestima e criando condições desfavoráveis para o exercício pleno da cidadania.

A pesquisa salienta a urgência de políticas educacionais e práticas pedagógicas que fomentem uma aproximação respeitosa e mútua entre a escola e a família. Isso exige uma análise cuidadosa das barreiras estruturais, culturais e institucionais que ainda persistem. Assumir o protagonismo dos pais no processo educativo significa mais do que apenas cobrar sua participação; requer um esforço da instituição escolar para criar canais de diálogo, adaptar-se às necessidades reais das famílias e oferecer o suporte necessário para que essa parceria floresça.

Contudo, este trabalho também aponta para novos questionamentos que merecem ser aprofundados em investigações futuras. Qual a eficácia de intervenções específicas para promover o engajamento de famílias em contextos de alta vulnerabilidade social? Como as escolas podem garantir a adesão daqueles pais cujas jornadas de trabalho são extenuantes? De que forma as instituições podem se tornar polos de apoio e fortalecimento para essas famílias, em vez de apenas espaços de cobrança?

Em suma, esta pesquisa reforça a concepção de que a educação é uma responsabilidade compartilhada e que o sucesso da alfabetização é uma conquista coletiva. O alinhamento entre uma parceria familiar sólida, estratégias pedagógicas inclusivas e o respaldo jurídico prepara as crianças não apenas para enfrentar as exigências acadêmicas, mas para se tornarem sujeitos críticos, participativos e capazes de construir uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano**: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

INSTITUTO UNIBANCO. O que fazer para aproximar família e escola? **Aprendizagem em Foco**, n. 9, abr. 2016.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MENDONÇA, O. C. de. O erro como fonte de castigo e não de conhecimento. In: _____. **Abordagem psicogenética na escola**: um ato de coragem ou de risco? São Paulo: Editora UNESP, 2001. p. 45-56.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.

REALI, A. M. M. R.; TANCREDI, R. M. S. P. A importância do que se aprende na escola: a parceria escola-famílias em perspectiva. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 15, n. 31, p. 239-247, 2005.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

APÊNDICE - NOTA DE RODAPÉ

3. Na teoria de Lev Vygotsky, o termo interpsicológico refere-se ao plano das interações sociais, onde o conhecimento é construído primeiramente entre as pessoas (por exemplo, entre a criança e um adulto).

4. Já o termo intrapsicológico designa o plano individual e interno, para o qual esse conhecimento é posteriormente internalizado, tornando-se parte do pensamento

autônomo da criança. A aprendizagem, portanto, move-se do plano social para o individual.

5. Segundo Lev Vygotsky, a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) representa a distância entre o nível de desenvolvimento real da criança, determinado pela sua capacidade de resolver problemas de forma 3-independente, e o seu nível de desenvolvimento potencial, que é a capacidade de resolver problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com um colega mais experiente. Para Vygotsky, é nessa zona que a aprendizagem efetivamente ocorre, pois a mediação social permite que a criança avance para novas competências que ainda não foram totalmente internalizadas.

6. As correntes pedagógicas progressistas englobam abordagens como a Escola Nova, o Construtivismo e a Pedagogia Libertadora, que, em comum, superam a visão tradicional ao posicionarem o aluno como sujeito ativo e a educação como uma prática social. Segundo a perspectiva crítico-social de José Carlos Libâneo, o papel da escola progressista não é negar os conteúdos historicamente produzidos, mas sim garantir que os alunos se apropriem deles de forma crítica, conectando o saber à sua realidade social para atuar nela de forma consciente e transformadora (Cf. Libâneo, 2013).

INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES

[1] Graduada em Pedagogia. ORCID: https://orcid.org/0009-0006-7793-6976. Currículo Lattes: https://lattes.cnpq.br/7131732261278048.

[2] Orientadora. Doutorado em Letras e Linguística UFG. ORCID: https://orcid.org/0009-0002-7183-8022. Currículo Lattes: https://lattes.cnpq.br/6402133139430717.

Contribuição dos autores:

Victória Gabriela Batista Oliveira: Concepção, planejamento, análise, interpretação e redação do trabalho.

Doutora Wanice Garcia Barbosa: Interpretação e redação do trabalho.

INFORMAÇÕES SOBRE O MATERIAL

Conflito de interesse:

Não possui.

Agradecimentos:

Não possui.

Financiamento:

Não possui.

Nota de presença de IA:

Nosso relatório identificou a presença de inteligência artificial para correção gramatical e ortográfica. No entanto, o autor informou que não a utilizou. O autor se responsabiliza pelo material.

Informações sobre Direitos Autorais e Licença:

Este é um artigo de Acesso Aberto distribuído sob os termos da Creative Commons Attribution License, que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

- ISSN (versão eletrônica): 2448-0959
- Licença Creative Commons: Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional.

Histórico da Publicação:

Material recebido: 06 de outubro de 2025.

Material aprovado pelos pares: 03 de novembro de 2025.

Material editado aprovado pelos autores: 01 de abril de 2026.